



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 262ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início a Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução do Presidente do CSMPDFT, Leonardo Roscoe Bessa. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, Ruth Kicis Torrents Pereira, Benis Silva Queiroz Bastos, José Firmo Reis Soub, Antonio Ezequiel de Araújo Neto, Petrônio Calmon Alves Cardoso Filho, Katie de Sousa Lima Coelho e Mauro Faria de Lima, e o Corregedor-Geral do MPDFT, Procurador de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho. Ausentes justificadamente as Conselheiras Arinda Fernandes e Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza. Foi designada Secretária *ad hoc* a Conselheira Benis Silva Queiroz Bastos. **I – EXPEDIENTE.** O Presidente do Conselho Superior fez breve manifestação sobre o Dia Internacional da Mulher, afirmando a importância dessa data como fruto da luta política pela igualdade de direitos e parabenizou as mulheres. Na sequência, S.Exa. esclareceu que o MPDFT está preparado, de forma diferenciada em relação aos demais Ministérios Públicos, para o combate à violência doméstica. **1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** O Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a ata da 261ª Sessão Ordinária, de 8 de fevereiro de 2018. **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.** Memorando nº 007/2018-PGJ/MPDFT, de 16 de fevereiro de 2018 (*Tabularium* nº 08191.016299/2018-63), em que a Vice-Procuradora-Geral de Justiça, Selma Leite Sauerbronn de Souza, deu conhecimento ao Colegiado a Portaria Normativa PGJ nº 538, de 8.02.2018, que dispõe sobre a vinculação dos órgãos de execução do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios às unidades da Polícia Civil do Distrito Federal para fins de exercício das atividades de controle externo da atividade policial, editada em face do artigo 3º da Resolução CSMPDFT nº 237/2017 (Processo nº 08190.162371/07-64); **B.** Portaria PGJ nº 208, de 22.02.2018 que prorrogou, *ad referendum* do eg. Conselho Superior o mandato dos membros das Câmaras de Coordenação e Revisão por 10 (dez) dias, a fim de o Colegiado deliberar sobre as indicações dos novos membros. Referida Portaria foi aprovada à unanimidade **C.** Memorando nº 03/2018 – 6ª PJ Criminal, de 28.02.2018 (*Tabularium* nº 08191.020894/2018-01), no qual o Promotor de Justiça Bruno Amaral Machado informou sua participação como palestrante convidado no Seminário Internacional “*Justicia Penal en América Latina: Reformas, Prácticas e Efectos*”, nos dias 8 e 9 de março de 2018, na *Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales*, da *Universidad Nacional del Litoral*, sem ônus para o MPDFT e sem necessidade de substituição, uma vez que o Seminário se realizará em seu período de férias; **D.** Requerimento da Promotora de Justiça Cátia Gisele Martins Vergara, de 27.02.2018 (*Tabularium* nº 08191.019610/2018-26), no qual S.Exa. consulta o eg. Conselho Superior acerca da regra de substituição cumulativa estabelecida no inc. III, § 1º, artigo 31, da Resolução CSMPDFT nº 205/2015; O Conselho Superior deliberou no sentido de que a Consulente apresente formalmente proposta de alteração da Resolução correspondente instruída com a justificativa. **E.** Portaria PGJ nº 251, de 6.03.2018 que autorizou, *ad referendum* do eg. Conselho Superior, o afastamento da Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza, das Promotoras de Justiça Raquel Tiveron e Cíntia Costa da Silva, e da Promotora de Justiça Adjunta Selma Leão Godoy, para participarem do curso de aperfeiçoamento “Combate ao Crime Organizado: máfias, corrupção e terrorismo”, a ser realizado pela *Internacional Experience* em parceria com a *Università degli Studi di Roma Tor Vergata*, no período de 5 a 18 e maio de 2018, na cidade de Roma/Itália. O Colegiado deliberou pela distribuição do Procedimento. **F.** Requerimento ao Conselho Superior (unidade) nº 01/2018, de 27/02/2018 – 1ª PROEDUC, no qual a Promotora de Justiça Cátia Gisele Martins Vergara consulta o Conselho Superior acerca da regra de substituição cumulativa



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

estabelecida no inciso II, §1º, da Resolução CSMPDFT nº 205/2015. O Conselho Superior deliberou no sentido de que, nos termos do artigo 17, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014 – Regimento Interno do Conselho Superior, a Consulente apresente pedido de alteração do ato normativo em questão, com a justificativa e respectiva minuta. **3. COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO – PDDC.** Sem comunicações. **4. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA.** **A.** Memorando nº 641/2018 – Ouvidoria, de 5 de março de 2018 (*Tabularium* nº 08191.022412/2018-40), encaminhando Relatório mensal da Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativo ao mês de fevereiro de 2018; **B.** Memorando nº 015/2018 – SIC, de 5 de março de 2018 (*Tabularium* nº 08191.022414/2018-39), encaminhando o Relatório dos Pedidos de Informação, segundo a Lei 12.527/2011, relativo ao mês de fevereiro de 2018. A Ouvidora Promotora de Justiça Rose Meire Cyrillo fez uso da palavra para esclarecimentos. O Colegiado, à unanimidade, aprovou os Relatórios. **5. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL.** **A.** Memorando nº 077/2018-GCG, de 28 de fevereiro de 2018 (*Tabularium* nº 08191.020346/2018-73), em que a Corregedoria-Geral deu conhecimento ao Colegiado do Anuário Estatístico referente ao ano de 2017. **B.** Encaminhamento de cópia das decisões de arquivamento dos seguintes Procedimentos: PGA nº 08191.008905/2018-77 e PGA nº 08191.001127/2018-95. O Corregedor-Geral fez uso da palavra e se colocou à disposição para esclarecimentos. Em virtude de evento institucional o Presidente do Conselho Superior se ausentou da sessão, tendo o Vice-Presidente do Conselho Superior, José Firmo Reis Soub assumido a presidência. O Colegiado, à unanimidade, aprovou os arquivamentos. **II – AUDIÊNCIA PÚBLICA.** **1. Processo nº 08190.013529/15-83.** Interessado: Promotor de Justiça Ricardo de Sousa Fonseca. Assunto: *Afastamento para frequentar curso de mestrado em Direito pela Universidade de Coimbra.* Relator: Conselheiro MAURO FARIA DE LIMA. Discussão: O Promotor de Justiça interessado apresentou resumo de sua dissertação de mestrado e ponderou sobre as dificuldades diante do curto prazo do afastamento. Os Conselheiros elogiaram o novo Mestre em Direito. Decisão: Nos termos do art. 39, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014 e atendimento pelo Promotor de Justiça das exigências contidas nos artigos 10 e 11 da Resolução CSMPDFT nº 71/2006, o Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Conselheiro-Relator pelo arquivamento do Procedimento. **III – ORDEM DO DIA.** **1. Processo nº 08191.127985/2017-88.** Interessados: Secretaria-Geral e Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Promoção, por merecimento, ao cargo de Procurador de Justiça da carreira do MPDFT.* Relatora: Conselheira BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS. Discussão: Dispensada a leitura do Relatório, Relatora fez resumo do voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a lista tríplice proposta pela Relatora para promoção por merecimento ao cargo de Procurador de Justiça em vaga decorrente da aposentadoria voluntária da Procuradora de Justiça Conceição de Maria Pacheco Brito. A lista aprovada será composta pelas Promotoras de Justiça: Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto, Consuelita Valadares Coelho e Marta Alves da Silva. **2. Processo nº 08191.015775/2018-29.** Interessados: Secretaria-Geral e Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Promoção, por merecimento, ao cargo de Promotor de Justiça da carreira do MPDFT.* Relator: Conselheiro PETRÔNIO CALMON ALVES CARDOSO FILHO. Discussão: Dispensado a leitura do Relatório o Conselheiro-Relator fez resumo do voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a lista tríplice proposta pelo Relator para promoção por merecimento ao cargo de Promotor de Justiça da carreira do MPDFT, em vaga decorrente da aposentadoria voluntária da Promotora de Justiça Maria Lúcia Moraes. A lista será composta pelos Promotores de Justiça Leonardo Carneiro Britto, Rogério Ishi e Mariana Silva Nunes. **3. Processo nº 08191.000460/2018-87.** Interessadas: Promotoras de Justiça Cátia Gisele Martins Vergara e Marisa Isar dos Santos. Assunto: *Impugnação ao Aviso de Substituição Simples Suplementar de Promotoria nº 3, de 19 de dezembro de 2017.* Relatora: Conselheira RUTH KICIS TORRENTS PEREIRA. Discussão: A Conselheira-Relatora informou ao Colegiado a desistência,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

93 pelas Promotoras de Justiça Interessadas, da referida Impugnação. **Decisão:** O Conselho Superior, à
94 unanimidade, acompanhou a Relatora pela extinção do Procedimento, em razão da desistência. O
95 Conselho Superior, à unanimidade, indicou à Procuradoria Geral para designação, para mandato de
96 dois anos, os integrantes das Câmaras de Coordenação e Revisão, a saber: a) Procuradores de Justiça
97 Antônio Ezequiel de Araujo Neto (Coordenador), José Eduardo Sabo Paes (1º membro titular)
98 Marinita Maria da Silva (2º membro titular), Gaspar Antonio Viegas (1º suplente) e o Promotor de
99 Justiça Maurício Silva Miranda (2º suplente), para comporem a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão
100 da Ordem Jurídica Criminal; b) O Procurador de Justiça Zacharias Mustafá Neto (Coordenador) e as
101 Promotoras de Justiça Consuelita Valadares Coelho (1º membro titular) e Marta Alves da Silva (2º
102 membro titular), o Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida (1º suplente) e a
103 Promotora de Justiça Laura Beatriz Castelo Branco Alves Semeraro Rito (2º suplente), para
104 comporem a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal; c) a Procuradora de
105 Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido (Coordenadora) e os Promotores de Justiça Antonio
106 Marcos Dezan (1º membro titular) Libânio Alves Rodrigues (2º membro titular), Sandra Alcione
107 Souza de Albuquerque Beze (1º suplente) e Barboza Filho (2º suplente), para comporem a 1ª Câmara
108 de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada; d) Os Procuradores de Justiça
109 Maria Anaides do Vale Siqueria Soub (Coordenadora), Vitor Fernandes Gonçalves (1º membro
110 titular), Olinda Elizabeth Cestari Gonçalves (2º membro titular) e os Promotores de Justiça Trajano
111 Sousa de Melo (1º suplente), Marilda dos Reis Fontinele (2º suplente), para comporem a 2ª Câmara
112 de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada; e) Os Procuradores de Justiça
113 Petrônio Calmon Alves Cardoso Filho (Coordenador) Valdenor Queiroz Junior (1º membro titular)
114 Arinda Fernandes (2º membro titular) e os Promotores de Justiça Rômulo Douglas Gonçalves de
115 Oliveira (1º suplente) Guilherme Fernandes Neto (2º suplente), para comporem a 3ª Câmara de
116 Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada; f) O Procurador de Justiça Carlos
117 Gomes (Coordenador) e os Promotores de Justiça Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto (1º
118 membro titular) Roberto Carlos Silva (2º membro titular), Maercia Correia de Mello (1º suplente) e
119 Renata de Salles Moreira Borges (2º suplente), para comporem a 4ª Câmara de Coordenação e
120 Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada; g) Os Procuradores de Justiça José Firmo Reis Soub
121 (Coordenador), Jair Meurer Ribeiro (1º membro titular) Benis Silva Queiroz Bastos (2º membro
122 titular) e as Promotoras de Justiça Wanessa Alpino Bigonha Alvim (1º. Suplente) Kátia Christina
123 Lemos (2º suplente), para comporem a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível
124 Especializada; h) As Procuradoras de Justiça Maria Aparecida Donati Barbosa (Coordenadora)
125 Helena Cristina Mendonça Mafra (1º membro titular) Levi Paranhos (2º membro titular) e os
126 Promotores de Justiça Alexandre Fernandes Gonçalves (1º suplente) Leonora Brandão Mascarenhas
127 Passos Pinheiro (2º suplente), para comporem a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem
128 Jurídica Cível Especializada. O mandato dos membros designados terá início em 12.03.2018. Na
129 sequência, o Colegiado acolheu proposição do Conselheiro Petrônio Calmon Alves Cardoso Filho no
130 sentido da exclusão dos Núcleos Especializados e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao
131 Crime Organizado, da regra estatuída no § 2º, do artigo 7º, da Resolução CSMPDFT nº 203/2018.
132 Expôs o Conselheiro que recebera manifestação das referidas Unidades no sentido de que a
133 subscrição coletiva de peças de arquivamento e outras de cunho processual, tem, inclusive, o objetivo
134 de velar-se pela segurança dos membros que atuam nos Núcleos e no GAECO. **IV –**
135 **MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** No transcurso do Dia Internacional da Mulher, o
136 Conselheiro Petrônio Calmon Alves Cardoso Filho deu conhecimento ao Colegiado de lamentável
137 notícia publicada no Correio Brasiliense, edição de 8.3.2018 a respeito do homicídio de moradora da
138 SQS 406, pelo próprio marido. Ao final da sessão, foi designado o dia 13.04.2018, às 14:30h, para a
139 próxima Sessão Ordinária. Para constar, eu, Benis Silva Queiroz Bastos, Secretária do Conselho



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

140 Superior *ad hoc*, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente do Conselho
141 Superior.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior
Procurador-Geral de Justiça

BENIS SILVA QUEROZ BASTOS
Secretária do CSMPDFT em exercício
Procuradora de Justiça

Assinado por:

BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS - SCS em 19/04/2018.

LEONARDO ROSCOE BESSA - PGJ em 19/04/2018.

.